

Cena

PERIÓDICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
INSTITUTO DE ARTES | DEPARTAMENTO DE ARTE DRAMÁTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1519-275X
ISSN Eletrônico 2236-3254

REVISTA CENA CENA MAGAZINE

V.23, Nº40

Artes Da Cena, Políticas Públicas e Economias
Performing Arts, Public Policies and Economies

Manoel Silvestre Friques
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO/RJ, Brasil
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/RJ, Brasil
E-mail: manoel.friques@gmail.com

Marcio Pizarro Noronha
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/RS, Brasil
E-mail: pizarronoronha@gmail.com

Flavia Pilla do Valle
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/RS, Brasil
E-mail: flavia.valle@ufrgs.br

Revista Cena, Porto Alegre, v. 23, n. 40, mai./ago

Apresentação

É de relativo consenso entre os pesquisadores das artes da cena que nosso campo de investigação é “impuro”, caracterizando-se por aguçada interdisciplinaridade a partir dos atravessamentos entre diversos saberes filosóficos, antropológicos, estéticos, historiográficos, literários etc. Nos últimos anos, a prática interdisciplinar de pesquisa em artes da cena ganha novos cruzamentos e contornos, trazendo articulações tão curiosas quanto potentes a respeito das mútuas imbricações entre Estado, Mercado e Artes da Cena e do Corpo.

O interesse crescente nas imbricações transdisciplinares em campo expandido entre as políticas públicas, as ciências econômicas e as artes da cena e do corpo decorre de diversos motivos, ora convergentes, ora divergentes: a reconsideração, por parte de organismos multilaterais, da noção de desenvolvimento, não mais vinculada à concepção industrial de crescimento econômico; a compreensão do papel transversal da produção cultural e de sua importância para o desenvolvimento sustentável e para a diversidade; a adoção de programas de austeridade fiscal em diversos países, reconfigurando o papel do Estado; o renovado interesse nas instituições públicas, seus impasses, desafios e benefícios; a formulação de modos de avaliação de políticas culturais a partir de indicadores socioeconômicos; o debate sobre a pertinência do enquadramento econômico neoclássico sob a perspectiva de uma sociologia econômica; a compreensão da produção cultural em uma cena expandida que inclui tanto o debate estético quanto as questões éticas sobre a distribuição dos valores simbólicos e econômicos etc.

Buscando mapear as dinâmicas desta renovada interdisciplinaridade, o presente número oferece ao leitor oito textos que, em conjunto, performatizam de variados modos as mútuas imbricações entre Estado, Mercado e Artes da Cena

e do Corpo.

Em “**Rotas do teatro musical: West End, Broadway e o Brasil da Lei Rouanet**”, Ronaldo Fonseca Machado e Gustavo Guenzburger refletem sobre o teatro musical no Brasil, oferecendo um panorama histórico a partir do século XIX – quando, então, é instituída uma Sociedade do Espetáculo, nos termos de Sébastien Rozeaux, entre nós, atravessando a rarefação do gênero de revista em proveito do projeto moderno, até o século XXI, caracterizado pela importação de musicais em rotas transnacionais. A partir da trajetória do produtor britânico Cameron Mackintosh, os autores nos apresentam o processo de transnacionalização dos musicais anglo-saxônicos, tendo o Brasil se tornando um destino frequente e lucrativo para tais produções.

Em chave complementar, “**70 anos da Frente de Trabalhadores da Cultura de Nuestra America: o que nos aponta a experiência de organização de um segmento de trabalhadores da cultura na perspectiva contra hegemônica a partir da consciência do subdesenvolvimento?**” traz uma perspectiva cada vez mais difundida entre o campo das políticas culturais e das ciências econômicas: aquela que aborda os artistas enquanto “trabalhadores da cultura”, sublinhando a dimensão laboral nestes setores culturais. A partir de uma iniciativa que reuniu, nos anos 1970, pensadores latino-americanos tais como Augusto Boal (Brasil), Atahualpa del Cioppo (Uruguai) e Enrique Buenaventura (Colômbia), os autores refletem sobre as mútuas imbricações entre formações socioeconômicas e formas teatrais, a partir de certa consciência dos empecilhos e obstáculos ao desenvolvimento.

Justapostos, os dois primeiros artigos do Dossiê refletem sobre os modos de produção, ora importados e de traços neoliberais (caso do teatro musical), ora coletivizados e de traços coletivistas

(caso da Frente de Trabalhadores). Focalizando as transformações teatrais do último século e por vias complementares, **“Rotas do teatro musical: West End, Broadway e o Brasil da Lei Rouanet”** aponta a transnacionalização de um modo de produção específico (o teatro musical) enquanto **“70 anos da Frente de Trabalhadores da Cultura de Nuestra America: experiência de organização de trabalhadores da cultura e o vínculo com a contemporânea Rede de Escolas de Teatro e Vídeo Político Popular Nuestra América”** reflete sobre práticas contra-hegemônicas a partir da Frente de Trabalhadores. A complementaridade entre os dois converge para um diagnóstico que, nos termos do economista argentino Raul Prebisch, poderíamos denominar de deterioração dos termos simbólicos de troca, ou seja, pela assimetria das relações de troca entre os países do norte e do sul global, com a balança pendendo para os produtos internacionais de alto valor agregado em detrimento das produções nacionais de baixo valor agregado.

A questão do financiamento é também outro eixo transversal de discussão. Em conjunto, os artigos nos permitem pensar sobre as políticas públicas para a cultura, levando-se em consideração a realidade federativa brasileira e as diferentes estratégias criadas por diferentes entes federativos. Se, a nível federal, a Lei Rouanet é abordada enquanto uma lei de “desincentivo” por Guenzburger e Barbosa, a nível municipal, as leis de fomento possuem outras intencionalidades, em especial aquelas que apostam em trabalhos continuados em detrimento da lógica eventual de uma Economia de Projetos cadenciada por editais esporádicos.

Quanto a este último caso, tem-se o artigo **“Os Limites da Lei de Fomento em Porto Alegre”**, que reconstitui a história da lei municipal de Porto Alegre Nº 10.742, de 1º de setembro de 2009, que propunha subvencionar trabalhos continuados de grupos teatrais, tendo como referência principal a Lei de Fomento Municipal de São Paulo, considerada

como o principal mecanismo do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a cidade. Ambos os casos nos põem diante de um modo de formulação de políticas públicas originado em uma coalizão de causa (“advocacy coalition”), no qual representantes da sociedade civil se organizam em torno de interesses comuns – talvez, o caso mais emblemático seja o Movimento Arte Contra Barbárie, de 1999 –, propondo, junto à classe política, novas legislações. A comparação entre os dois municípios dá, de fato, a tônica do artigo, levando os autores a observar a efetividade deste mecanismo legal no desenvolvimento das práticas teatrais em seus respectivos municípios. A diferença principal se funda nas discrepâncias entre as dotações orçamentárias de São Paulo e Porto Alegre, já que, no primeiro caso, a arrecadação permite uma soma muito mais vultosa do que no segundo. Em outras palavras, uma comparação entre a dotação orçamentária de São Paulo (onde o fluxo econômico é intenso, garantindo a fonte de recursos) e a de Porto Alegre (que não é o mesmo caso, não havendo garantia orçamentária) nos permite observar a discrepância em relação à capacidade de efetivação das duas leis.

O foco para políticas culturais estaduais e municipais encontra-se também em **“Amapá: última fronteira cultural”**, onde os autores refletem sobre a realidade teatral das terras tucujus. A questão da fronteira ganha destaque, não apenas pelo Estado ser vizinho de outros países da América Latina (Guiana e Suriname), mas devido à distância – certo isolamento cultural e geográfico – em relação às políticas públicas para a cultura desenvolvidas no eixo RJ-SP. A menção ao diagnóstico de Machado de Assis a propósito da escassez das políticas públicas para o teatro no século XIX sublinha a perspectiva de isolamento dos autores. Contudo, esta mesma perspectiva se atenua quando os autores listam o advento de certas institucionalidades no Estado e no Município, a saber: a criação de um curso de Licenciatura em Teatro em 2014 na Universidade

Federal do Amapá (UNIFAP); a criação do Conselho de Cultura e a Lei de Incentivo à Cultura aprovados na Assembleia Legislativa do Estado; atividades culturais realizadas pela FUMCULT (Fundação Municipal de Cultura – Macapá); o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais; e os Editais lançados pelos entes estaduais e municipais, mesmo que, neste último caso, haja certas distorções (concentração da verba em grupos; criação de grupos por ocasião dos editais; escassez de equipamentos culturais etc.).

Outro tópico de discussão deste dossiê se refere ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas para a cultura, tema que não tem recebido, até então, o destaque adequado a sua importância e centralidade para a efetividade e a continuação de políticas públicas. Em **“Longe Demais dos Capitais: Critérios de Avaliação de Projetos Culturais e Políticas Públicas”**, o isolamento visto no artigo anterior ressurge ressignificado, desta vez, a partir da distância não *das* capitais – no sentido geopolítico – mas *dos* capitais culturais – em sentido sociológico a partir conceito de “capital cultural” formulado por Pierre Bourdieu. Neste artigo, assim como aquele sobre a Frente de Trabalhadores, o foco reside na noção de trabalhadores da cultura, considerando-se aí dois eixos de complexidade. De um lado, há os traços que marcam decisivamente o trabalho cultural, quais sejam, informalidade, intermitência, precariedade e desestruturação. De outro lado, a complexidade inerente à expressão “políticas culturais” advinda, sobretudo, da polissemia do conceito de cultura (esquemáticamente, podemos dizer, com Isaura Botelho, que há duas macro-perspectivas: a sociológica – setorial – e a antropológica – modos de vida). A sobreposição das duas perspectivas está no cerne das políticas culturais das últimas décadas, tornando ainda mais complexo o processo de elaboração de políticas públicas. Por exemplo, são elencadas dificuldades de implementação das políticas públicas para a

cultura resultantes de certas imprecisões conceituais e certo desconhecimento das dinâmicas do setor: o requisito de “dedicação exclusiva”, quando a realidade é que os trabalhadores da cultura dividem o tempo de trabalho com atividades econômicas que garantem seu bem-estar; o não atendimento a determinadas comunidades culturais – em especial, as quilombolas; a desconexão entre itens de formulários de projetos e critérios de avaliação e pontuação, ou o desequilíbrio interno entre os formulários inscrição e os critérios de avaliação; os instrumentos de seleção de políticas públicas para a cultura, sobretudo tabelas de pontuação e avaliação, não contam com profissionais da área – classe artística e trabalhadores da arte e da cultura – em suas elaborações, formulações e avaliações. Tudo isto culmina (ou se origina), segundo Leandro Maia, em uma confusão entre “gestão cultural” com “fomento à cultura”. Não obstante tais desafios, neste artigo, constatamos a rede institucional da cultura no estado do Rio Grande do Sul, composta por mecanismos institucionais e legais: além da Lei Aldir Blanc, há a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LICRS), o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), instituído pela Plataforma PROCULTURA, também integrante do Sistema Estadual de Cultura, 14 Segmentos que integram o Sistema Estadual de Cultura.

Em chave semelhante, ao final do Dossiê, temos **“Monitoramento e Avaliação em Políticas Culturais: um diálogo com o gestor cultural Álvaro Santi sobre o Observatório da Cultura de Porto Alegre”**, uma entrevista onde o pesquisador e gestor cultural Álvaro Santi compartilha alguns momentos do Observatório da Cultura da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, quando assumiu a coordenação entre 2010 e 2018, ano em que foi extinto. A importância desta entrevista reside justamente no desfazimento da confusão entre gestão cultural e fomento à cultura diagnosticada no artigo anterior. Pois, aqui, o foco recai justamente

nos mecanismos de monitoramento e de avaliação no ciclo de políticas públicas para a cultura, a partir de dados, pesquisas e informações. Interessante notar que o nascimento do Observatório da Cultura em Porto Alegre se dá em um contexto de renovação dos modelos de gestão pública. A entrevista também contempla a experiência de Santi no FUMPROARTE – praticamente extinto. As iniciativas contemplaram cursos de formações, sistemas de informação, seminários, pesquisas de práticas culturais, difusão de informações etc. De modo mais decisivo, o entrevistado sublinha a importância de parcerias com a Universidade para a investigação a respeito do ciclo de políticas culturais (planejamento, execução, monitoramento e avaliação). Em relação aos indicadores, ele afirma a necessidade e a dificuldade em se pensar em indicadores culturais que mensurem impactos e resultados para além da quantidade públicos participantes e de eventos realizados. Por fim, o entrevistado constata a queda sucessiva do orçamento público para a cultura, em todos os níveis federativos. Para além disso, há algumas luzes no fim do túnel: a promessa, conforme a Lei Orçamentária Anual para 2023, de recriação do Observatório com dotação orçamentária própria; e a recriação do Ministério da Cultura, ocorrida em 2023, com Margareth Menezes à frente da pasta.

A queda do orçamento para a cultura é revelada no artigo **“Políticas Culturais no Município do Rio de Janeiro: uma análise orçamentária (2008-2020)”**, no qual temos um estudo que combina a análise da gestão pública do ponto de vista do seu quantitativo destinado ao campo cultural. Deste modo, observam-se os trâmites e funcionamento dos planos plurianuais dos municípios (neste caso, um estudo do município do Rio de Janeiro), como regra legal para a distribuição financeira. Observa-se em detalhe, num recorte temporal para os anos de 2008 a 2020, a maneira como programas e ações recebem verbas públicas, dando atenção à análise de continuidades não somente do ponto

de vista interno da ação, mas do ponto de vista da aplicação e da existência/ausência de uma política pública para o setor cultural. Compreende-se, de um modo abrangente, a posição ocupada pela pasta da Cultura no contexto de política e de gestão pública. Trata-se de observar as transformações efetivadas com as mudanças de poder municipal e o tratamento dado à Cultura do ponto de vista da governança pública.

O tema segue desdobrado numa análise de um festival realizado no Rio de Janeiro. O artigo **“O papel do FITU (Festival Integrado de Teatro da UNIRIO) na formação de novas saídas para o campo da produção teatral”**, de autoria de Ana Karenina Riehl e Rosyane Trotta, reapresenta o tema dos festivais de arte para o campo da produção artística teatral. Herdeiros de uma vasta tradição universitária de festivais e tendo sido afetados pelas transformações sofridas neste campo da economia da cultura e criativa, os festivais passam a ser agentes dinâmicos capazes de conversar com novas formas do mercado emergente de feiras e eventos da arte. A efervescência referente ao mundo dos festivais nos leva a refletir sobre a força deste tipo de dispositivo na contemporaneidade.

Com análises distintas, ambos últimos textos, contribuem para uma leitura recente de um dos polos culturais relevantes no cenário da indústria da cultura e da economia criativa – o Rio de Janeiro – cidade motor de uma série de investigações inaugurais para os temas elencados e explorados neste dossiê.

Em conjunto, os oito textos deste dossiê registram o amadurecimento de um debate transversal, que contempla não apenas aspectos referentes às políticas públicas e à gestão pública, em sentido macro, mas também abordagens de fenômenos sociais, em uma perspectiva situada, em sentido micro. Além disso, eles apontam para reflexões econômicas que ultrapassam a fronteira

de uma ciência econômica estrita em direção ao que poderíamos chamar de “economia expandida”. Eis um desafio afinado no conjunto dos artigos: a cena das políticas culturais e da economia expandida da própria cena (das artes da cena). Da Broadway aos estudos referentes a realidades regionais, como as do Sul, do Norte e do Sudeste do país, os textos reúnem não uma fotografia ou desenho estável e capaz de gerar um diagnóstico, mas fotogramas de um filme em movimento, de um campo de investigação e de atuação – um trabalho em construção.

Os três artigos que compõem a seção Extradossiê dialogam diretamente com os demais. Em **“Carmelo Bene e as Instituições Culturais Italianas”**, Carlo Alberto Petrucci e Silvia Balestreri Nunes nos narram a imbricada história deste importante artista em suas relações com as instituições vinculadas ao Estado e ao mercado das artes italianas. Esse artigo faz uma interessante transição do Dossiê com os outros textos, ao passar em revista, o percurso ambíguo e contraditório de Bene pelas instituições culturais. Seguimos essa seção com o texto **“A interculturalidade nos trabalhos do Teatro da Travessia: a cultura como performance”**, de Francisco Wagner Bezerra Rodrigues, que faz uma análise das experiências de criação do grupo teatral brasileiro Teatro da Travessia com o diretor Philippe Goudard e com o grupo teatral *Cie. Singulier Pluriel*, de Québec. Finalizamos este número da Revista Cena com Helcio Fernandes Barbosa Junior, que escreve sobre a temática da educação em **“Teatro é aula de arte? Distribuição das linguagens do componente arte em Escolas Municipais na cidade de Pelotas/RS”**. Nesse texto, a dinâmica da distribuição das linguagens do componente curricular Arte é problematizada, apontando o autor para uma necessidade antiga, e ainda atual, qual seja: o aprimoramento das políticas públicas voltadas à Educação.

O apanhado de escritos do Dossiê **“Artes Da**

Cena, Políticas Públicas e Economias” revelam a fertilidade e os desafios de se investigar as artes da cena e do corpo a partir das mútuas imbricações com o Estado e o Mercado. Além disso, o conjunto nos oferece também uma cartografia de grupos de São Paulo (Teatro Oficina, Teatro Popular União, Olho Vivo, Cia. São Jorge de Variedades, o grupo Folias d’Arte, a Cia. Livre, a Companhia do Miolo, a Brava Companhia de Teatro, Capulanas Cia. de Arte Negra, o Grupo Pandora, Cia. Humbalada, Grupo Sobrevento, As Meninas do Conto, Cia. Trucks, Cia. Estável, Buraco d’Oráculo, Núcleo Pavanelli, Companhia do Miolo, a Brava Companhia, a Companhia Livre e a Companhia Os Fofos Encenam, Cia. São Jorge de Variedades), Porto Alegre (Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz, Kiwi Companhia de Teatro, Oigalê, Povo da Rua, Cuidado que Mancha, Companhia Teatro di Stravaganza), Amapá (*Língua de Trapo*, Companhia Teatro de Arena, Òi Nóiz akí, Companhia Cangapé, Duas Telas produções, Cia Frêmito Teatro) e da América Latina. Complementarmente, o número conta com artigos extradossiê que endossam o debate observado nos demais textos, privilegiando aspectos ligados às políticas públicas para a educação e para a arte, a complexidade das relações entre artistas e instituições e também os processos de criação em perspectivas interculturais.

A confecção de cada número da Revista Cena envolve o trabalho de um grupo grande de pessoas. São bolsistas da nossa universidade, funcionários, pareceristas externos, editores e colaboradores. Há um grande esforço para que cada número se constitua um profícuo local de busca de conhecimento e de trocas entre os artistas, professores e pesquisadores. Esperamos que os leitores possam se deleitar nas leituras tal qual nosso grupo fez na escolha de cada texto. Boa leitura a todos.

Presentation

There is a relative consensus among performing arts researchers that our field of investigation is “impure”, characterized by a sharp interdisciplinarity crossing between different philosophical, anthropological, aesthetic, historiographical, literary knowledge, etc. In recent years, the interdisciplinary practice of research in performing arts has gained new intersections and contours, bringing together curious and powerful articulations regarding the mutual imbrications between the State, the Market, Performing Arts and the Body.

The growing interest in transdisciplinary overlaps in an expanded field between public policies, economic sciences and the performing arts stems from several reasons, sometimes converging, sometimes divergent, that motivate this phenomenon: the reconsideration, by multilateral organizations, of the notion of development, no longer linked to the industrial conception of economic growth; understanding the cross-cutting role of cultural production and its importance for sustainable development and diversity; the adoption of fiscal austerity programs in several countries, reconfiguring the role of the State; the renewed interest in public institutions, their impasses, challenges and benefits; the formulation of ways of evaluating cultural policies based on socioeconomic indicators; the debate on the pertinence of the neoclassical economic framework from the perspective of an economic sociology; the understanding of cultural production in an expanded scene that includes both aesthetic debate and ethical questions about the distribution of symbolic and economic values, etc.

Seeking to map the dynamics of this renewed interdisciplinarity, this issue offers the reader eight

texts that, together, perform in various ways the mutual imbrications between State, Market and Arts of the Scene and the Body.

In the dossier, some articles reflect on the modes of production, sometimes imported and with neoliberal traits (as in musical theater), sometimes collectivized and with collectivist traits (as in the case of the Workers’ Front). Focusing on the theatrical transformations of the last century and in complementary ways, **“Musical theater routes: West End, Broadway and Brazil of Lei Rouanet”** points to the transnationalization of a specific mode of production (musical theater) while **“70 years of the Frente de Trabalhadores da Cultura de Nuestra America: experience of organizing cultural workers and the link with the contemporary Network of Popular Political Theater and Video Schools Nuestra América”** reflects on counter-hegemonic practices from the Workers’ Front. The complementarity between the two converges to a diagnosis that, in the terms of the Argentine economist Raul Prebisch, we could say “deterioration of the terms of trade”, that is, due to the asymmetry of the trade relations between the countries of the global north and south, with the balance tilting towards international products with high added value against commodities with low added value.

In **“Musical theater routes: West End, Broadway and Brazil of Lei Rouanet”**, Ronaldo Fonseca Machado and Gustavo Guenzburger reflect on musical theater in Brazil, offering a historical panorama from the 19th century onwards – when, then, a Society of the Spectacle, in the terms of Sébastien Rozeaux, among us, crossing the rarefaction of the magazine genre in favor of the modern project, until the 21st century, characterized by the importation of musicals in transnational routes. Based on the trajectory of British producer Cameron Mackintosh, the authors present us with the transnationalization process of Anglo-Saxon

musicals, with Brazil becoming a frequent and lucrative destination for such productions.

In a complementary key, **“70 years of the Frente de Trabajadores da Cultura de Nuestra America: experience of organizing cultural workers and the link with the contemporary Network of Popular Political Theater and Video Schools Nuestra América”** brings an increasingly widespread perspective within the field of cultural policies: one that addresses artists as “cultural workers”, underlining the work dimension in these cultural sectors. Based on an initiative that brought together, in the 1970s, Latin American thinkers such as Augusto Boal (Brazil), Atahualpa del Cioppo (Uruguay) and Enrique Buenaventura (Colombia), the authors reflect on the mutual imbrications between socioeconomic formations and theatrical forms, based on a certain awareness of the impediments and obstacles to development.

The question of financing is also another transversal axis of discussion. Together, the articles allow us to think about public policies for culture, taking into account the Brazilian federative reality and the different strategies created by different federative entities. If, at the federal level, the Rouanet Law is approached as a “disincentive” law by Guenzburguer and Barbosa, at the municipal level, the development laws have other intentions, especially those that bet on continued work to the detriment of eventual logic.

As for the latter case, there is the article **“The Limits of the Theater Promotion Law in Porto Alegre”**, which reconstitutes the history of the municipal law of Porto Alegre Nº 10.742, of September 1, 2009, which proposed to subsidize continued work by groups theaters, having as main reference the Municipal Development Law of São Paulo, considered as the main mechanism of the Municipal Theater Promotion Program for the city. Both cases confront us with a way of formulating public policies

originating in an advocacy coalition, in which civil society representatives organize themselves around common interests – perhaps the most emblematic case is the Art Movement. Against Barbarism, from 1999 –, proposing, together with the political class, new legislation. The comparison between the two municipalities is, in fact, the focus of the article, leading the authors to observe the effectiveness of this legal mechanism in the development of theatrical practices in their respective municipalities. The main difference is based on the discrepancies between the budget allocations of São Paulo and Porto Alegre, since, in the first case, the collection allows for a much larger sum than in the second. In other words, a comparison between the budget allocation of São Paulo (where the economic flow is intense, guaranteeing the source of resources) and that of Porto Alegre (which is not the same case, with no budgetary guarantee) allows us to conclude the discrepancy regarding the effectiveness of the two laws.

The focus for state and municipal cultural policies is also found in **“Amapá: the last cultural frontier”**, where the authors reflect on the theatrical reality of the Tucuju lands. The question of the border is highlighted, not only because the State is a neighbor of other Latin American countries (Guiana and Suriname), but also due to the distance – a certain cultural and geographic isolation – in relation to the public policies for culture developed in the RJ-SP axis. The mention of Machado de Assis’s diagnosis regarding the scarcity of public policies for the theater in the 19th century underscores the perspective of the authors’ isolation. However, this same perspective is attenuated when the authors list the advent of certain institutionalities in the State and in the Municipality, namely: the creation of a Degree in Theater course in 2014 at the Federal University of Amapá (UNIFAP); the creation of the Culture Council and the Culture Incentive Law approved by the State Legislative Assembly; cultural activities carried

out by FUMCULT (Municipal Culture Foundation – Macapá); the Municipal System of Information and Cultural Indicators; and public notices launched by state and municipal entities, even if, in the latter case, there are certain distortions (concentration of funds in groups; creation of groups on the occasion of public notices; shortage of cultural equipment, etc.).

Another topic of discussion in this dossier refers to the monitoring and evaluation of public policies for culture, a theme that has not received, until now, adequate emphasis due to its importance and centrality for the effectiveness and continuation of public policies. In **“Far away from capitals: assessment criteria for cultural projects in public cultural policies”**, the isolation seen in the previous article reappears with a new meaning, this time, based on the distance not from the capitals – in the geopolitical sense – but from the cultural capitals – in the sociological sense based on the concept of “cultural capital” formulated by Pierre Bourdieu. In this article, as well as the one on the Workers’ Front, the focus lies on the notion of cultural workers, considering two axes of complexity. On the one hand, there are the traits that decisively mark cultural work, namely, informality, intermittence, precariousness and lack of structure. On the other hand, the complexity inherent to the expression “cultural policies” arising, above all, from the polysemy of the concept of culture (schematically, we can say, with Botelho, that there are two macro-perspectives: the sociological – sectorial – and the anthropological – modes of life). The overlapping of the two perspectives is at the core of cultural policies in recent decades, making the process of public policy elaboration even more complex. For example, difficulties are listed in the implementation of public policies for culture resulting from certain conceptual inaccuracies and a certain lack of knowledge of the dynamics of the sector: the requirement of “exclusive dedication”, when the reality is that culture workers share their working time with economic activities that guarantee their well-

being; failure to serve certain cultural communities – especially the quilombolas; the disconnect between project form items and evaluation and scoring criteria, or the internal imbalance between application forms and evaluation criteria; the instruments for selecting public policies for culture, especially scoring and evaluation tables, do not rely on professionals in the area – artistic class and art and culture workers – in their elaborations, formulations and evaluations. All this culminates (or originates), according to Leandro Maia, in a confusion between “cultural management” and “promotion of culture”. Despite such challenges, in this article, we find the institutional network of culture in the state of Rio Grande do Sul, composed of institutional and legal mechanisms: in addition to the Aldir Blanc Law, there is the State Law for Cultural Incentives (LICRS), the State Council of Culture (CEC), Cultural Support Fund (FAC), established by the PROCULTURA Platform, also a member of the State System of Culture, 14 Segments that make up the State System of Culture.

In a similar key, at the end of the Dossier, we have **“Monitoring and Evaluation in Cultural Policies: a dialogue with cultural administrator Álvaro Santi about the Observatory”**, an interview in which the researcher and cultural manager Álvaro Santi shares some moments of the *Observatório da Cultura* of the *Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre*, when he assumed coordination between 2010 and 2018, the year in which it was extinguished. The importance of this interview resides precisely in undoing the confusion between cultural management and promotion of culture diagnosed in the previous article. Because, here, the focus is precisely on the monitoring and evaluation mechanisms in the cycle of public policies for culture, based on data, research and information. It is interesting to note that the birth of the *Observatório da Cultura* in Porto Alegre takes place in a context of renewal of public management models. The interview also includes Santi’s experience at FUMPROARTE

– practically extinct. The initiatives included training courses, information systems, seminars, research on cultural practices, dissemination of information, etc. More decisively, the interviewee underlines the importance of partnerships with the University for research regarding the cycle of cultural policies (planning, execution, monitoring and evaluation). Regarding indicators, he affirms the need and the difficulty in thinking about cultural indicators that measure impacts and results beyond the number of participating audiences and events held. Finally, the interviewee notes the successive fall in the public budget for culture, at all federative levels. Furthermore, there are some lights at the end of the tunnel: the promise, according to the Annual Budget Law for 2023, to recreate the Observatory with its own budget allocation; and the recreation of the Ministry of Culture.

The drop in the budget for culture is revealed in the article **“Cultural Policies in the Municipality of Rio de Janeiro: a budgetary analysis (2008-2020)”** in which we have a study that combines the analysis of public management from the point of view of its quantitative allocated to the cultural field. In this way, the procedures and operation of the multi-annual plans of the municipalities are observed (in this case, a study of the municipality of Rio de Janeiro), as a legal rule for financial distribution. It is observed in detail in a time frame for the years 2008 to 2020 the way in which programs and actions receive public funds, paying attention to the analysis of continuities not only from the internal point of view of the action, but from the point of view of application and existence/absence of a public policy for the cultural sector. The position occupied by the Culture portfolio in the context of policy and public management is comprehensively understood. It is about observing the transformations effected with the changes in municipal power and the treatment given to Culture from the point of view of public governance.

The theme follows unfolded in an analysis of a festival held in Rio de Janeiro. The article whose title is **“The role of FITU (Unirio Integrated Theater Festival) in the formation of new outlets for the field of theatrical production”**, by the authors Ana Karenina Riehl e Rosyane Trotta, reintroduces the theme of art festivals to the field of theatrical artistic production. Heir to a vast university tradition of festivals and having been affected by the transformations undergone in this field of the cultural and creative economy, festivals become dynamic agents that are able to converse with new forms of the emerging market for art fairs and events. The effervescence related to the world of festivals leads us to reflect on the strength of this type of device in contemporary times.

With different analyses, both last texts contribute to a recent reading of one of the relevant cultural poles in the culture industry and creative economy scenario, the driving city of a series of inaugural investigations for the themes listed and explored in this dossier.

The maturation of the debate and the richness of the cross-section that passes from policies and public management and its macro analysis perspective and the analysis that approaches an approach to a microsocial and microeconomic phenomenon are good examples of the breadth and scope of a debate that goes beyond the frontier from a strict economics to an expanded economy.

Here is a challenge tuned in the set of articles, the scene of the expanded economy of the scene itself (of the performing arts). From Broadway to studies referring to regional realities, such as those in the South, North and Southeast of the country, they bring together not a stable photograph or drawing capable of generating a diagnosis, but frames from a film in motion, from a field of investigation and of performance and work in construction.

The three articles that make up the Extra

dossier section dialogue directly with the others. In **“Carmelo Bene and the Italian Cultural Institutions”**, Carlo Alberto Petruzzi and Silvia Balestreri Nunes tell us the intertwined history of this important artist in his relationships with institutions linked to the State and the Italian art market. This article makes an interesting transition between the Dossier and the other texts, by reviewing Bene’s ambiguous and contradictory journey through cultural institutions. We follow this section with the text **“Interculturality in the works of Teatro da Travessia: the culture as performance”**, by Francisco Wagner Bezerra Rodrigues, who analyzes the creation experiences of the Brazilian theater group Teatro da Travessia with director Philippe Goudard and with the theater group Cie. Singulier Pluriel, from Quebec. We conclude this issue of Revista Cena with Helcio Fernandes Barbosa Junior, who writes about the theme of education in **“Is drama an arts class? Distribution of the languages of the arts component in Municipal Schools in the city of Pelotas/RS”**. In this text, the dynamics of the distribution of languages in the Art curricular component is problematized, pointing the author to an old need, and still current, namely: the improvement of public policies aimed at Education.

The collection of writings from the Dossier “Performing Arts, Public Policies and Economies” reveal the fertility and challenges of investigating the performing arts and the body from the mutual imbrications with the State and the Market. In addition, this overview also offers us a cartography of groups in São Paulo (Teatro Oficina, Teatro Popular União, Olho Vivo, Cia. São Jorge de Variedades, the group Folias d’Arte, Cia. Livre, Companhia do Miolo, Brava Companhia de Teatro, Capulanas Cia. de Arte Negra, Grupo Pandora, Cia. Humbalada, Grupo Sobrevento, As Meninas do Conto, Cia. Trucks, Cia. Companhia do Miolo, Brava Companhia, Companhia Livre and Companhia Os Fofos Encenam, Cia. São Jorge de Variedades), Porto Alegre (Tribe of Actuators Ói Nóis Aqui Traveiz, Kiwi Companhia de Teatro,

Oigalê, Povo da Rua, Mancha, Companhia Teatro di Stravaganza), Amapá (Língua de Rag, Companhia Teatro de Arena, Òi Nóiz akí, Companhia Cangapé, Duas Telas productions, Cia Frêmito Teatro) and Latin America. In addition, the issue has extra dossier articles that, nevertheless, deal with equally relevant themes: history, creation process and education in the Performing Arts.

The production of each issue of *Revista Cena* involves the work of a large group of people. They are fellows of our university, employees, external reviewers, editors and collaborators. There is a great effort so that each issue becomes a fruitful place for the search for knowledge and for exchanges between artists, professors and researchers. We hope that readers can delight in the readings just as our group did in choosing each text. Nice reading to all.
